




QUESTÃO SOCIAL E SUA PARTICULARIDADE NO BRASIL: IMBRICAÇÃO ENTRE PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO

Social Question and its particularity in Brazil: imbrication between patriarchy-racism-capitalism

Renata Gomes da Costa*

 <https://orcid.org/0000-0002-3231-4472>

Josiley Carrijo Rafael**

 <https://orcid.org/0000-0002-8639-8114>

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a questão social no Brasil a partir do reconhecimento e defesa da imbricação entre patriarcado, racismo e capitalismo na particularidade da formação social, econômica e política do país. Dessa forma, faz um apanhado histórico-teórico sobre as principais elaborações sobre o significado da questão social na produção do Serviço Social, enfatizando aquelas vinculadas a tradição marxista, que expressam a tendência teórica hegemônica sobre o referido tema. E, em seguida, traça elementos históricos-econômicos que explicam o patriarcado e o racismo como componentes estruturais da questão social na formação social brasileira, por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental de indicadores sociais que confirmam a tese nele defendida.

PALAVRAS-CHAVE

Questão Social. Patriarcado. Racismo. Capitalismo.

ABSTRACTS

This article aims to analyze the social question in Brazil from the recognition and defense of the overlap between patriarchy, racism and capitalism in the particularity of the social, economic and political formation of the country. In this way, it makes a historical-theoretical overview of the main elaborations on the meaning of the social question in the production of Social Work, emphasizing those linked to the Marxist tradition, which express the hegemonic theoretical tendency on the referred theme. And then, it traces historical-economic elements that explain patriarchy and racism as structural components of the social question in the Brazilian social formation, through bibliographical research and documental analysis of social indicators that confirm the thesis defended on it.

KEYWORDS

Social Movements. Social Question. Patriarchy. Racism. Capitalism.

Submetido em: 30/8/2021.


Revisado em: 26/11/2021.

Aceito em: 30/11/2021.

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil). Avenida Pasteur, 296, Urca, Rio de Janeiro (RJ), CEP.: 22290-240. E-mail: renata.costa@unirio.br.

** Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela UFRJ. Docente no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, Cuiabá, Brasil). Avenida Fernando Correa da Costa, 2367, Boa Esperança, Cuiabá (MT), CEP.: 78060-900. E-mail: josileyrafael@yahoo.com.br

DOI [10.22422/temporalis.2021v21n42p77-93](https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p77-93)

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a questão social no Brasil, passa a receber destaque na produção do Serviço Social brasileiro, a partir dos anos 1980, mesmo período que a profissão consegue dar um salto qualitativo e quantitativo na produção e socialização do conhecimento, decorrente dos estudos produzidos no âmbito das pós-graduações e razoável ampliação do espaço no mercado editorial.

É nessa quadra histórica que está situada a publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, publicado em 1982, com autoria de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho. O livro representa um divisor de águas para o Serviço Social brasileiro e também internacional, pois passadas quatro décadas de sua publicação (em 2022 a obra completará 40 anos), atualmente é creditado ao livro a expressão mais robusta e emblemática da aproximação da profissão com a tradição marxista e marxiana, consequência do crescente rechaço ao conservadorismo que marcou a virada dos anos 1970 e 1980.

É na antessala do processo de redemocratização do Brasil, que se identifica no campo da literatura marxista o pontapé para os estudos e pesquisas sobre a chamada questão social. Iamamoto e Carvalho (2005) apontam que o aparecimento da questão social está relacionado diretamente ao processo de generalização do trabalho livre, que na particularidade brasileira, só foi se ampliar na virada dos séculos XIX e XX, em razão do fim da escravização da população negra.

Os frutos dos investimentos em pesquisas oportunizaram um leque de interpretações sobre a questão social, nem sempre convergente, mas reconhecidamente plural, como é próprio da batalha de ideias. No arsenal de interpretações e análises produzidas pela massa crítica do Serviço Social vinculada a perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo, encontramos não só definições sobre o conteúdo da questão social e das suas expressões, mas também diferenciações na maneira de concebê-la, o que não deve ser entendido como mero preciosismo linguístico. Nossa pesquisa possibilitou identificarmos que a questão social é tratada como expressão (NETTO, 2001, p. 41), como categoria (PASTORINI, 2004) e como conceito (SANTOS, 2012, p.18). Em razão do nosso objetivo central, não iremos entrar nesse mérito. Trataremos como fenômeno histórico-econômico, no sentido de ampliar os estudos sobre seu significado, promovendo as mediações necessárias e possíveis para este artigo, objetivando avançar na produção do conhecimento sobre a questão social a partir do reconhecimento da imbricação entre patriarcado, racismo e capitalismo na formação do Brasil e nos dados concretos da realidade em movimento, o que não significa que estamos tratando a referida imbricação como fenômenos exclusivamente brasileiros.

QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: à quantas anda esse debate?

O reconhecimento da questão social no Brasil, é localizado por Iamamoto e Carvalho (2005), nas primeiras décadas do século XX, como consequência das lutas travadas pelos trabalhadores na busca de uma cidadania social, impondo ameaças para os sagrados valores da sociedade burguesa: *a moral, a religião e a ordem pública*. Assim, é na ampliação da desigualdade e dos conflitos, que *a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho* vai se colocar como tarefa inevitável para as classes dominantes e para o Estado. Em síntese, o que se desdobra da questão social é “[...] a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário

político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p.126), no contexto econômico da industrialização.

Diante dessa análise, os autores contextualizam como se materializou as respostas dadas pelo Estado, enquanto representante da classe dominante. As chamadas *Leis Sociais* constituem-se como marco na regulamentação jurídica entre os interesses antagônicos apresentados pela luta de classes, no entanto, é na repressão policial que está demarcada a principal atuação e resposta dada pelo Estado naquele período histórico, assim como em diversas situações que expressam o caráter coercitivo do Estado na atualidade. Inúmeros são os exemplos que comprovam a ampliação das contradições, cabe destacarmos as observações que os autores fazem para a inserção do trabalho feminino e do trabalho infantil na esfera produtiva. Outro fator importante é a vinculação da igreja com o Estado para responder as demandas impostas, fazendo com que, naquele contexto, a igreja ocupe espaço central na oferta de ações caritativas, tendo como foco não a erradicação da pobreza e das desigualdades, mas sim, o arrebanhamento de fiéis para ampliação do poder que essa instituição historicamente exerceu.

Ainda que as contribuições de Iamamoto e Carvalho (2005) continuem demonstrando sua potência e vitalidade para as reflexões que envolvem o processo de formação e trabalho em Serviço Social, com o avançar do tempo e amadurecimento intelectual da profissão, outras formulações se colocaram na arena da produção do conhecimento, engrossando o caldo teórico-metodológico que aponta as múltiplas expressões da questão social como objeto do trabalho profissional das assistentes sociais, de modo geral, a questão social com matéria prima e como base de fundação do Serviço Social como profissão.

Os anos 1990 foram frutíferos para ampliação e radicalização do debate sobre a questão social, fazendo com que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), após intenso investimento em oficinas nas mais diversas escolas, consiga aprovar as Diretrizes Curriculares para formação em Serviço Social, em 1996, definindo a questão social como estruturadora do currículo do Serviço Social e dos projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse contexto, a concepção de questão social apresentada por Iamamoto (2001a), de cariz marxista e marxiana, passa a ser reconhecida como protagonista no insipiente terreno teórico crítico do Serviço Social brasileiro, questão social definida como “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2001a, p. 27). Capitalismo que tem como fundamento a produção social coletivizada, assim, “o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2001a, p. 27). Dessa forma, é imprescindível reconhecer a questão social como condição inerente do modo de ser do sistema capitalista, ou seja, não existe capitalismo sem questão social. A autora amplia sua análise e engloba a dimensão política e histórica como componentes indissociáveis na definição da questão social, entendendo-a não só como desigualdade, mas também como rebeldia.

A conceituação da questão social não é apresentada como algo estanque, ao contrário, a autora chama atenção para as particularidades que podem ser determinadas por fatores locais, regionais, questões específicas de cada formação sociohistórica. Mas, o núcleo central da elaboração conceitual reside na tese marxiana sobre a lei geral da acumulação capitalista, onde

Marx (2013) nos mostra o papel de destaque da população trabalhadora excedente como elemento fundamental para o processo de acumulação e ampliação da riqueza, ou seja, a interpretação que desvela a superpopulação relativa como alavanca da acumulação capitalista. Nos termos do filósofo alemão, “[...] ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta” (MARX, 2013, p. 707). Temos então, na mesma medida que se amplia a riqueza concentrada nas mãos de poucos, amplia-se a pobreza nas distintas formas da superpopulação, em outras palavras, uma lei que “[...] ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital” (MARX, 2013, p. 721).

É seguindo as pegadas de Marx (2013), que Iamamoto (2001a, 2001b) procura esboçar como a questão social deve ser tratada e analisada, sem concessões às interpretações conservadoras que buscam pessoalizar as dificuldades enfrentadas por sujeitos individuais, como problemas isolados, como *situação social problema*. A perspectiva marxista trilhada pela autora, busca decifrar “[...] a gênese das desigualdades sociais, em um contexto em que acumulação de capital não rima com equidade [...]” (IAMAMOTO, 2001a, p. 59), para tanto, “[...] decifrar a questão social é também demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social” (IAMAMOTO, 2001a, p. 59). A autora reconhece disparidades não só de classe, mas também “[...] nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (IAMAMOTO, 2006, p. 177).

As esferas das desigualdades não estão alocadas exclusivamente nas determinações econômicas, elas se espraiam para outras dimensões da vida social. Ao reconhecer e destacar esse conjunto de complexos, a autora apresenta pistas e chaves de análise que exigem investimentos em estudos e pesquisas sobre a relação contraditória e complementar entre alienação e consciência, no sentido de buscarmos identificar como as manifestações da questão social vão se caracterizar ora através de supostos conformismos, ora através de rebeldias. Afinal, como já alertou o próprio Marx (2011, p. 25), “[...] os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Assim, não é acidental, que em pleno século XXI, as ideias hegemônicas para o suposto enfrentamento da questão social, ao invés de apontarem para uma consciência radicalmente democrática, tenha promovido o forte reaparecimento e a defesa da trilogia integralista e ultraconservadora: Deus, Pátria e Família, alicerçada na defesa intransigente da propriedade privada.

Na virada do século XX para o XXI, a ABEPSS realizou o VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), precisamente em novembro de 2000, na Universidade de Brasília (UnB), cuja temática voltava-se para o debate sobre a questão social. O evento foi berçário das elaborações que culminaram nas publicações de quatro artigos na Revista *Temporalis*, número 3, no ano de 2001. Os artigos de autoria das professoras Marilda Iamamoto, Maria Carmelita Yazbek, Potyara Pereira, e, do professor José Paulo Netto, passaram a se configurar como textos de destaque sobre a temática, fazendo desta edição uma referência imprescindível para elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, conseqüentemente para a formação e trabalho profissional comprometidos com a análise crítica da realidade social.

Em razão das delimitações normativas, vamos nos deter especialmente aos apontamentos apresentados por Netto (2001), mas antes, destacamos duas observações que justificam nossas

escolhas: 1) o artigo de Iamamoto (2001b) que abre a revista *Temporalis* número 3, caminha na mesma direção das elaborações publicadas pela autora durante os anos 1980 e 1990, utilizados anteriormente para expressar a concepção de questão social defendida por ela, ancoradas na tradição marxista e na obra magna de Marx; 2) ainda que os objetivos específicos dos quatro artigos desta edição, expressem particularidades e diferenciações que devem ser consideradas, todos partem de uma interpretação marxista da questão social, não apresentando diferenças sobre a gênese e a conceituação da mesma.

A atualidade do artigo de Netto (2001) está no fato de identificarmos nas cinco notas uma vasta possibilidade de aprofundamento das sínteses apresentadas pelo autor. As análises contidas nas cinco notas sobre a questão social, não estão circunscritas às suas enumerações, ao contrário, são complementares e dialogam entre si. Serviram, e continuam a servir, como farol para os estudos e pesquisas que ousaram avançar nessa temática, ainda deficitária de investimentos para desnudar as particularidades da questão social no capitalismo dependente.

Dentre as contribuições, destacamos algumas que avaliamos ser necessárias para os desdobramentos do nosso artigo: 1) A utilização da terminologia questão social se localiza há quase dois séculos, passou a ser utilizada na terceira década do século XIX, no contexto do processo de pauperização decorrente da *primeira onda industrializante* na Europa. A nomenclatura questão social traz um salto qualitativo em comparação ao pauperismo, essa qualidade é histórica e também analítica, pois ao nomearmos a questão social como uma condição diferenciada da desigualdade e do pauperismo, estamos reconhecendo a recusa da condição dos explorados manifestada através da luta e da resistência. Nas palavras de Netto (2001) é a manifestação explícita “[...] de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como questão social” (NETTO, 2001, p. 43). 2) O pensamento conservador capturou para seu vocabulário a utilização da terminologia questão social. A partir da revolução de 1848 a estrutura histórica da questão social perde espaço para o pensamento conservador, tanto laico quanto confessional. Com isso, a questão social passa a ser naturalizada, mistificada e descolada das suas determinações concretas. As tendências positivistas e a encíclica papal *Rerum Novarum*, de Leão XIII, são exemplos emblemáticos dessa elasticidade na maneira de descrever o que é a questão social. 3) É no livro *O Capital* que “[...] a razão teórica acedeu à compreensão do complexo de causalidade da questão social” (NETTO, 2001, p. 45), no capítulo XXIII do livro encontramos a revelação da *anatomia da questão social*, evidenciando que não existe capitalismo sem questão social e vice-versa. Posto isso, as ilusões em torno das possibilidades civilizatórias através de reformas do capitalismo são integralmente refutadas pelo autor, pois a questão social “[...] é insuprimível sem a supressão da ordem do capital” (NETTO, 2001, p. 48). 4) A necessária crítica aos intelectuais, especialmente da sociologia francesa, que passaram a caracterizar os acontecimentos mais recentes como *nova questão social*, mistificando os fundamentos do modo de produção capitalista. Tais referências foram significativamente combatidas¹ pelos intelectuais do Serviço Social. 5) O reconhecimento das particularidades que devem ser consideradas na análise da questão social, com ênfase na *forma contemporânea da lei geral da acumulação capitalista*, no sentido de reconhecer “[...] a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza” (NETTO, 2001, p. 48). A consideração do autor nos conota uma espécie de alerta para os desafios que precisamos assumir na direção do aprofundamento dos estudos e

¹Além de Netto (2001, 2013), outros estudos mostraram os equívocos que envolvem a afirmação de uma *nova questão social*, dentre eles, destacamos as análises de Iamamoto (2007), Pastorini, (2004), Santos (2012) e Silva (2014).

pesquisas sobre a questão social, especialmente nas lacunas que ainda precisam ser sanadas. O autor tece essa observação classificando-a no campo dos nossos desafios teóricos, que deve envolver a “[...] pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e tencionam a efetividade social” (NETTO, 2001, p. 48). Tal argumento é reiterado novamente em Netto (2013, p. 29), numa versão reatualizada em que busca apresentar elementos para uma concepção crítica sobre a questão social.

A análise da particularidade brasileira recebe destaque na mais densa obra de Iamamoto (2007), ao tratar sobre a questão social no Brasil contemporâneo, a autora localiza o fenômeno da questão social no contexto da mundialização do capital, dos impactos da reestruturação produtiva, da regressão das políticas sociais pública, da restrição de gastos sociais sob a falsa justificativa da crise fiscal do Estado e da privatização da riqueza pública. Assim, a “[...] velha questão social metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 144), cujo impacto avassalador se manifestará nas condições de vida das pessoas que possuem única e exclusivamente sua força de trabalho, com destaque para trabalhadores urbanos e rurais, “[...] as **mulheres** e as novas gerações de filhos da classe trabalhadora, jovens e crianças, **em especial negros e mestiços**” (IAMAMOTO, 2007, p. 145, grifos nossos).

Iamamoto (2007) chama atenção para a contribuição de Luiz Eduardo Wanderley, particularmente nos estudos que tratam sobre as particularidades da questão social na América Latina, com enfoque para os segmentos populacionais que apresentam trajetórias diferenciadas nas histórias nacionais: “[...] indígenas, negros, trabalhadores urbanos e rurais, mulheres, entre outros segmentos” (IAMAMOTO, 2007, p. 146). Essa distinção é fruto do reconhecimento das questões que particularizam a realidade da América Latina, conseqüentemente do Brasil, na comparação com a trajetória da classe trabalhadora da Europa. Ao apresentar dados sobre a realidade da América Latina e da radicalização da questão social, a autora aponta que:

As mais importantes expressões da questão social são: o retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens (IAMAMOTO, 2007, p.147).

Nota-se que não aparece no destaque da autora, as questões que envolvem a divisão racial do trabalho e os rebatimentos da pobreza na população negra, fator que historicamente atravessa o processo de formação do Brasil e as relações de trabalho, elementos que particularizam a questão social no país.

Silva (2014) seguindo as pistas teórico-metodológicas que Netto (2001) anuncia sobre a necessidade de investimentos nos estudos sobre a particularidade brasileira, apresenta a tese da existência de uma questão social latente no período da escravidão, demarcando que a questão social só transita da condição de latente para a condição de explícita, a partir das organizações políticas que se processam nas primeiras décadas do século XX, em razão do trabalho livre, da industrialização e das lutas desencadeadas pelos trabalhadores na defesa de direitos sociais, políticas sociais e melhores condições de trabalho e de vida.

PATRIARCADO, RACISMO E CAPITALISMO: componentes estruturais da questão social no Brasil

Algumas produções recentes, como a de Gonçalves (2018), consideram o nó patriarcado-racismo-capitalismo como a base de sustentação da questão social na formação econômico-social brasileira, pois defende que racismo e patriarcado constituem elementos estruturais que determinam as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

No Brasil, de acordo com Saffioti (1987), o patriarcado e o racismo se imbricaram com o modo de produção capitalista e são elementos fundamentais para explicar o processo de exploração. Vale ressaltar que não são fenômenos exclusivamente brasileiros. O patriarcado, por exemplo, se imbricou com o capitalismo nos países europeus, como Inglaterra, França etc. Nos EUA e no Brasil, por exemplo, temos a imbricação do patriarcado, do racismo e do capitalismo. Sobre a particularidade brasileira, Moura (1983) afirma que:

Nos outros países onde essa escravidão foi relevante – por exemplo a Colômbia e o Peru – houve, sempre, uma determinada área na qual os negros escravos eram concentrados, e, por outro lado, não chegaram, nunca, a se igualar aos brancos numericamente. A mesma coisa aconteceu nos Estados Unidos. O sistema escravista não dominou tão ampla e profundamente as relações sociais naqueles países como no Brasil que teve organizada, estruturada, queiram ou não, uma sociedade escravista de âmbito nacional funcionando durante quase quatrocentos anos, sem modificações ponderáveis na sua estrutura e no seu ritmo de dinamismo” (MOURA, 1983, p. 15-16).

No Brasil, o ponto central contra o qual o preconceito [...] se volta é o negro, o escravo, o marginal, o miserável e o pobre, cujas imagens estão imbricadas. O preconceito de cor, ou melhor, o racismo eufemístico do brasileiro, tem, assim, raízes na forma como ele foi colonizado, e, posteriormente, pela maneira como foi dominado pelo sistema imperialista mundial. Não é, portanto, um caso fortuito, epifenomênico, mas faz parte desta realidade econômica, política, cultural e psicológica” (MOURA, 1983, p. 38-39).

Isso significa que, no Brasil, patriarcado, racismo e capitalismo operam juntos. Vale destacar que o racismo que estamos considerando é o que se origina pelo processo de escravização da população negra nas Américas. Desta forma, o racismo é imprescindível para analisar a formação da classe trabalhadora no Brasil, ainda que parte dos intérpretes da formação social brasileira tenham desconsiderado o que defendemos como central para compreensão da mesma.

O patriarcado e o racismo são consequência de uma divisão sexual e racial do trabalho. Ou seja, são fenômenos históricos que possuem conexão direta com as condições materiais de reprodução da classe trabalhadora no capitalismo. Por mais que patriarcado e racismo possuam outras dimensões (como cultural, ideológica etc.), é a conexão destes com as condições materiais de produção da sociedade que fundam tais fenômenos.

Em relação ao patriarcado, temos que antes do capitalismo, como nos mostra Tabet (2014), nas sociedades de caça, coleta, pesca, agricultura e indústria, a divisão social do trabalho foi também uma divisão sexual do trabalho. O trabalho não foi organizado e separado somente entre campo, cidade, agrícola, industrial, comercial, manual ou intelectual, mas, também, por sexo. Desde as sociedades primitivas, as mulheres vivenciaram uma repartição desigual do trabalho, dos instrumentos, dos seus produtos e do tempo de descanso. Ou seja, já existia a divisão sexual do trabalho e nenhum modo de produção anterior ao capitalismo organizou o trabalho igualmente entre homens e mulheres.

A divisão sexual do trabalho tem como consequência a criação de um sistema de dominação-exploração que Lener (2019) e Saffioti (1987) denominam de patriarcado. É um sistema histórico, ou seja, um processo “[...] que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3100 a 600 a.C. Aconteceu, mesmo no Antigo Oriente Próximo, em ritmo e momento diferentes, em sociedades distintas” (LENER, 2019, p. 32-33).

Sendo assim, o patriarcado aparece no Estado arcaico tendo como unidade básica a família patriarcal. Este processo de organização do trabalho, determinou que a “[...] posição de classe das mulheres foi desde o início definida de maneira diferente em relação à posição dos homens” (LENER, 2019, p.162). Isso não foi extinto nos outros modos de produção, pelo contrário, o princípio da divisão sexual do trabalho foi mantido, mas a maneira como esta divisão se organiza depende de cada processo histórico e produtivo. Dessa maneira, consideramos que não tivemos, de forma geral, uma organização do trabalho que não se estruturou por uma divisão sexual. Logo, não tivemos a extinção do patriarcado.

De acordo com Saffioti (1987), o patriarcado: 1) não se resume a etimologia da palavra (o poder do pai); 2) refere-se às relações sociais onde há dominação dos homens sobre todas as dimensões da vida das mulheres (produção; reprodução; sexualidade; socialização dos imaturos); 3) não é uma relação privada; 4) é uma relação civil que também se expressa no âmbito privado e na família; 5) concede direitos sexuais, quase sem restrições, aos homens sobre as mulheres; 6) é uma relação hierárquica presente em toda a sociedade; 7) tem uma base material (a divisão sexual do trabalho); 8) é uma estrutura de poder que se perpetua com base na ideologia e na violência.

Dessa maneira, a repartição desigual do trabalho, dos instrumentos, dos seus produtos e do tempo de descanso, se tornou um mecanismo de exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista, desde a sua origem na Inglaterra. Este modo de produção ancorou-se nas diferenças existentes entre homens e mulheres e viu nestas uma possibilidade de intensificação da exploração. Assim, “[...] as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiram à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Essa base material proporcionada pela divisão sexual do trabalho foi fundamental no modo de produção capitalista que se ancora na exploração da força de trabalho e busca recursos de rebaixamento dos salários e empobrecimento da classe trabalhadora. A imbricação com o patriarcado criou um segmento da força de trabalho que é remunerada menos por conta do seu sexo, sem nenhuma necessidade de relacionar com o perfil técnico ou capacitação. Além disso, funciona como um elemento que tensiona os salários de forma geral.

Vejamos alguns elementos gerais sobre a força de trabalho no início do capitalismo na Inglaterra que contribui para demarcarmos o patriarcado como elementos estrutural. Marx (2015) ao debater sobre o salário nos Manuscritos Econômico-Filosóficos afirma que “[...] as grandes oficinas compram preferencialmente o trabalho de mulheres e crianças, porque este custa menos que o dos homens” (MARX, 2015, p. 260). Citando exemplo das fábricas norte-americanas, no ano de 1833, constata que as mulheres ganhavam bem menos e trabalhavam bem mais.

De acordo com Marx (2010), os custos de produção de uma mercadoria são compostos por dois elementos: primeiro pelas matérias-primas e pelo desgaste de instrumentos que representam uma dada quantidade de tempo de trabalho (trabalho morto, ou capital constante); segundo pelo tempo de trabalho diretamente empregado na produção (trabalho vivo). Dessa maneira, os custos de produção são medidos pelo tempo de trabalho socialmente necessário usado para produzir mercadorias. Como a força de trabalho no capitalismo é uma mercadoria, os custos de produção, afirma o autor, “[...] são os custos necessários para manter o operário como operário e para fazer dele um operário” (MARX, 2010, p. 43).

O valor da força de trabalho (capital variável) é o custo unitário total do trabalho medido em valor. Este é determinado pelo trabalho diretamente utilizado e pelo salário real, definido como salário de subsistência (conjunto de bens socialmente necessários para a reprodução da classe trabalhadora). De acordo com Marx, o salário é “[...] cota – parte do operário na mercadoria por ele produzida. O salário é a parte de mercadoria já existente, com a qual o capitalista compra, para si, uma determinada quantidade de força produtiva” (MARX, 2010, p.35).

Dada a propriedade privada dos meios de produção, os capitalistas se apropriam de uma parcela do total de trabalho vivo, na forma de mais-valia, e o valor da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho remanescente (processo de exploração). Assim, dentro da produção, há um conflito direto pelo excedente (produto líquido) entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Para um dado excedente, um menor salário real pago à classe trabalhadora representa uma maior fração do trabalho vivo apropriada pela classe capitalista na forma de mais-valia.

Desta forma, Marx (2010) determina a taxa geral de lucro pela razão entre a mais-valia apropriada pela classe capitalista e o total do capital adiantado (capital constante mais capital variável). O salário que aparece na determinação do capital variável é o salário médio, pago à força de trabalho de baixa qualificação. Portanto, se o fenômeno do patriarcado produz o efeito, através do seu caráter de dominação-exploração, de que uma parcela desta força de trabalho, as mulheres, recebe em média uma remuneração menor que os homens, então o salário médio que constitui o capital variável é menor em relação a se houvesse uma estrutura de salário sexualmente igualitária. A consequência material direta deste processo é que o patriarcado culmina em uma maior taxa geral de lucro.

Marx (2010) evidencia que os custos de produção variam também conforme a diferença do trabalho desenvolvido. Existem diferentes perfis de força de trabalho - ao considerarmos habilidades, funções, especificidades e objetivos da força de trabalho - e, assim, particulares processos de formação e apropriação de valor. Vejamos a diferenciação de sexo no que se refere a consideração do valor da força de trabalho

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio. Embora a forma desses meios possa variar, é determinada sua quantidade num tempo dado de uma dada sociedade, justificando-se, nessas condições, considerá-la magnitude constante. O que muda é o valor dessa quantidade. Há dois outros fatores que influem no valor da força de trabalho. Um, os custos de sua formação, que variam com o modo de produção; outro, a diversidade natural, **a diferença entre as forças de trabalho dos homens e das mulheres**, dos menores e dos adultos. O emprego dessas diversas formas de trabalho, determinado por sua vez pelo modo de produção, modifica bastante os custos de manutenção da

família do trabalhador e o valor do trabalhador adulto masculino (MARX, 2014, p. 599, grifo nosso).

O primeiro fator, os custos com sua formação, é um elemento próprio da divisão social do trabalho. Existem profissões e atividades de trabalho diferentes e a capacitação técnica da força de trabalho também. Temos trabalho manual, intelectual, industrial e atividades de trabalho no âmbito urbano ou rural. Contudo, o segundo elemento é próprio da divisão sexual do trabalho. Ou seja, um quesito que determina o valor da força de trabalho é ser homem ou mulher. Desta forma, não verificamos apenas uma estrutura salarial desigual recortada pelo sexo, mas também uma diferença na inserção dentro do modo de produção, onde mulheres se inserem, em geral, mediante maiores jornadas de trabalho, trabalho informal e etc. É no capitalismo que a acirramos, ao combinarmos exploração, extensivas jornadas de trabalho, baixos salários, criando, assim, novas formas de opressão. Para Harvey (2011), os capitalistas utilizam as diferenças sociais para manterem seus privilégios:

Nas fábricas do chamado mundo em desenvolvimento são as mulheres que carregam o peso da exploração capitalista e cujo talento e capacidades são utilizadas ao extremo, em condições muitas vezes semelhantes à dominação patriarcal. Isso acontece porque, em uma tentativa desesperada de exercer e manter o controle do processo de trabalho, o capitalista tem de mobilizar qualquer relação social de diferença, qualquer distinção dentro da divisão social do trabalho (HARVEY, 2011, p. 90).

A classe capitalista se utiliza de estratégias para a manutenção de sua lógica e garantia de sua reprodução. Em cada fase conjuntural, o capitalismo busca mecanismos que facilitem a efetivação de seus objetivos. Seu objetivo inicial e final é a acumulação, por isso trata de criar uma lógica social que propicie sua efetivação. As mulheres trabalhadoras continuam na sociedade atual convivendo com baixos salários, sem cobertura da legislação trabalhista e são as maiores atingidas pelos trabalhos clandestino e/ou em domicílio.

O modo capitalista de produção [...] lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Quando analisamos esses elementos na origem e no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, verificaremos que além de uma divisão sexual, temos uma divisão racial do trabalho. A origem do capitalismo no Brasil deu-se pela transição do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista, decorrente da universalização do trabalho livre. Este fator determinou a organização da classe trabalhadora e o processo de assalariamento. Aqui não contamos com uma revolução burguesa, mas com um aburguesamento dos senhores de escravos. Como afirma Moura (1983, p. 24) “[...] a abolição no Brasil é feita conservando-se o latifúndio. As classes dominantes continuam praticamente as mesmas”.

Ao implementarmos o trabalho assalariado, apostou-se em uma política de imigração para manter os negócios das empresas de traficantes de escravizados(as). Não era possível minar essa fonte de riqueza dessa elite econômica que se instalou no Brasil por causa de um decreto da Inglaterra que encerrou formalmente o tráfico negreiro em 1850. A atividade econômica de traficar força de trabalho não foi extinta (até por ser muito lucrativa), mas encontrou um outro

mercado, de transportar trabalhadores imigrantes europeus que buscavam outras oportunidades dada a condições de vida no centro. É importante retratar os objetivos econômicos desse processo para não focarmos apenas nas justificativas oficiais da classe dominante, como a miscigenação; a modernização do país via política de branqueamento; a legitimação da incapacidade da população negra para o trabalho assalariado. Dessa forma, como afirma Moura (1983), além de possibilitar uma reorganização para as empresas vinculadas ao tráfico de escravizados(as), criou-se um potente exército industrial de reserva com a população negra.

O tráfico de escravizados (as) era uma empresa comercial que gerava lucros para as colônias e para os países europeus. Quando não se adequava mais aos negócios dos países europeus, como a Inglaterra, que tinha alcançado outro patamar de desenvolvimento econômico, ainda era um negócio lucrativo para essas companhias brasileiras. Dessa forma, como afirma Moura (1983), a adoção da imigração para assalariar força de trabalho no Brasil foi uma questão econômica. Assim, como afirma Ianni (1987), as *preferências* por força de trabalho são fundadas em razões econômicas. Os fatores culturais e ideológicos presentes no modo de produção escravista contra a população negra também participaram desse processo. Contudo, quem determina a materialidade das relações sociais são as condições objetivas de um modo de produção. Ou seja, temos uma reorganização da divisão racial do trabalho e do racismo, existente no modo de produção escravista, para atender a lógica de produção capitalista.

Dessa forma, o racismo “[...] não é um mero reflexo de estruturas arcaicas que poderiam ser superadas com a modernização, pois a modernização é racista” (ALMEIDA, 2018, p. 151). É um sistema de dominação-exploração que tem base material na divisão racial do trabalho. E no capitalismo “[...] integra a organização econômica e política da sociedade [...]” (ALMEIDA, 2018, p.15), por isso é sempre estrutural. É uma forma de discriminação, de preconceito e um processo “[...] em que condições de subalternidade e de privilégios que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das reformas cotidianas” (ALMEIDA, 2018, p. 27). Vale ressaltar que não estamos limitando a explicação do racismo e do patriarcado a base material da divisão sexual e racial do trabalho. Sabemos que esses fenômenos invadem as relações sociais, políticas e culturais. O objetivo é tratar de suas conexões materiais e desvendar quem ganha com esses sistemas de dominação-exploração (patriarcado e racismo) imbricados no modo de produção capitalista.

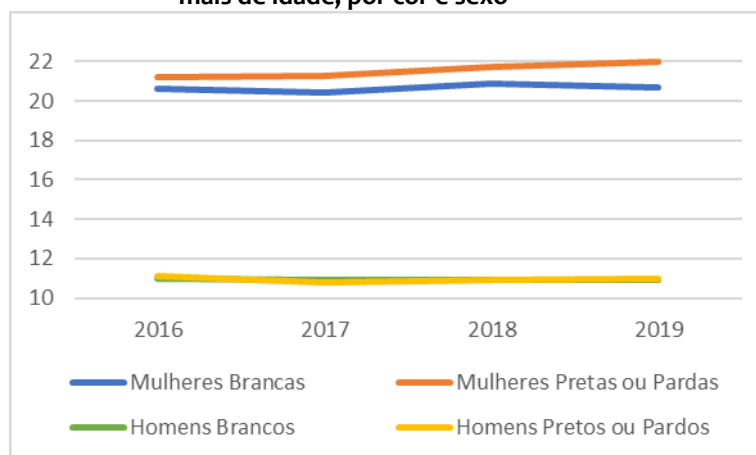
Fernandes (2017) ao analisar a relação entre classe e raça no capitalismo no Brasil, afirma que “[...] a moral da história é que, embora o trabalho seja uma mercadoria, onde há uma composição multirracial nem sempre trabalhos iguais são mercadorias iguais” (FERNANDES, 2017, p. 86). Ou seja, na realidade brasileira foi fundamental tratar a força de trabalho como mercadorias desiguais, pois isso incide no valor da força de trabalho e nos salários pagos. O capitalismo se originou e se desenvolveu imbricado com o patriarcado e o racismo, pois usou da raça/etnia e do sexo/gênero para organizar o trabalho e a força de trabalho. O modo de produção capitalista, de forma geral, precisa de um exército industrial de reserva para tensionar os salários e as condições de vida da classe trabalhadora. Moura (1983) afirma que no Brasil, o processo originário do capitalismo,

[...] necessitava de um contingente de mão-de-obra marginalizado mais compacto e extenso do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar a permanência

dos baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada, na sua esmagadora maioria, pelos negros [...] as classes dominantes do Império, que se transformaram com a passagem do escravismo para o trabalho livre, de senhores de escravos em latifundiários, estabeleceram mecanismos controladores da luta de classes dessas camadas de escravizados. Mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais, visando acomodar os ex-escravos nos grandes espaços marginais da economia de capitalismo dependente (MOURA, 1983, p. 37).

O processo de incorporação diferente dos sujeitos, utilizando raça/etnia e sexo/gênero para determinar o exército industrial de reserva e os diferentes padrões salariais é um elemento estrutural do processo de acumulação de capital no Brasil. Marx (2014) afirma que a acumulação de capital corresponde à acumulação de miséria. Dessa forma, são necessários os mecanismos que possibilitem a pobreza e a miséria da classe trabalhadora, ou seja, são métodos de produção da mais-valia, pois “[...] na medida em que se acumula o capital, tem de piorar a situação do trabalhador” (MARX, 2014, p. 757). E nesse processo se recorre ao patriarcado e ao racismo por serem mecanismos históricos de segregação da força de trabalho com uma base de legitimidade que inferiorizou as mulheres e a população negra. Vejamos os gráficos abaixo elaborados sobre as horas destinadas as atividades domésticas; os rendimentos médios das pessoas ocupadas; a proporção de pessoas nos trabalhos informais; a proporção de pessoas ocupadas no trabalho doméstico.

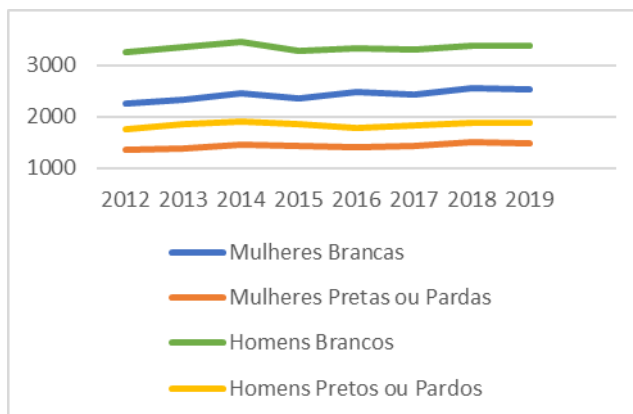
Gráfico 1 – Número de horas semanais destinadas a atividades domésticas para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor e sexo



Fonte: Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil (IBGE-PNAD Contínua).
Elaboração: Própria.

Os dados demonstram que a cada uma hora de atividades domésticas realizada por homens, temos, aproximadamente, duas vezes a mais realizadas por mulheres, principalmente quando consideramos as mulheres negras. Os afazeres domésticos são fundamentais para a reprodução da família e da força de trabalho. O trabalho de reprodução biológica, alimentação, limpeza, cuidado com as crianças e doentes tem impacto nos custos da força de trabalho, pois se não fosse imposta como responsabilidade das mulheres poderia ser um custo para o capital. Assim, “[...] a concentração do trabalho reprodutivo na esfera doméstica pode permitir que o capital remunere a força de trabalho com um salário inferior ao que seria necessário caso todas essas condições essenciais à sobrevivência fossem compradas no mercado” (MATTOS, 2019, p.60).

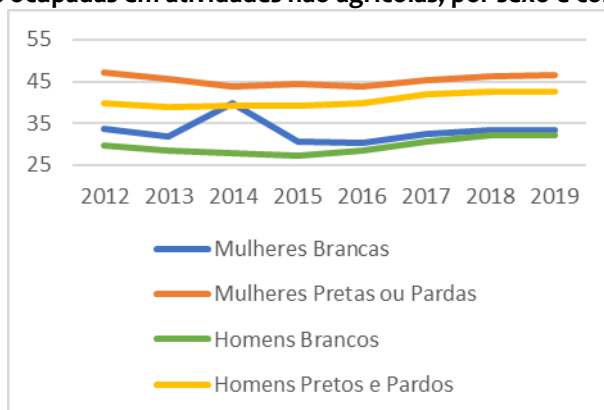
Gráfico 2 – Rendimento médio real (a preços de 2019) de pessoas ocupadas com 14 anos ou mais por sexo e cor



Fonte: Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil (IBGE-PNAD Contínua).
Elaboração: Própria

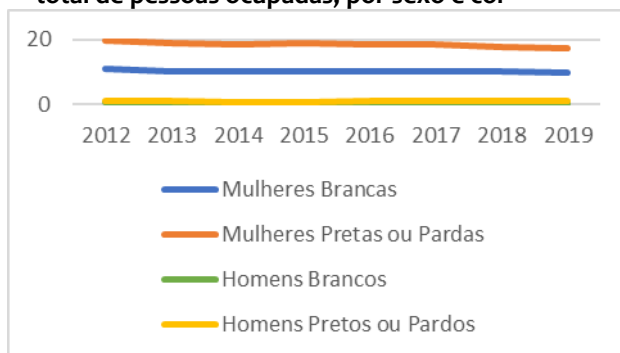
Os dados demonstram que a base da estrutura salarial brasileira é determinada, de forma preponderante, por questões raciais. O quesito de gênero também estrutura, pois para uma dada cor/raça/etnia, as mulheres possuem menor rendimento médio em relação aos homens de todos os segmentos. Contudo, homens pretos e pardos recebem menos que mulheres brancas. Dessa maneira, a estruturante cor/raça/etnia concede melhores condições às mulheres brancas, por exemplo. Isso reflete o processo de formação e consolidação da classe trabalhadora e do trabalho assalariado no Brasil. Neste país, o modo de produção se origina e se desenvolve usando do racismo para implementar sua lógica de produção e reprodução.

Gráfico 3 – Proporção de pessoas com 14 anos ou mais em trabalhos informais em relação ao total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, por sexo e cor



Fonte: Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil (IBGE-PNAD Contínua).
Elaboração: Própria

Gráfico 4 – Proporção de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas em trabalho doméstico em relação ao total de pessoas ocupadas, por sexo e cor



Fonte: Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil (IBGE-PNAD Contínua).

Elaboração: Própria

No que se refere à ocupação no mercado e nas atividades de trabalho, se considerarmos a informalidade e a inserção no trabalho doméstico, como expresso nos gráficos 3 e 4, as mulheres negras estão no topo da pirâmide, ou seja, são as que mais estão no setor informal e a força de trabalho mais empregada no trabalho doméstico. O que podemos perceber, tanto pela análise histórica como pelos dados apresentados, é que patriarcado e racismo são componentes estruturais da formação da classe trabalhadora no Brasil e, portanto, são componentes estruturais da questão social.

CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto, é possível afirmar que patriarcado e racismo são componentes estruturais da questão social no Brasil. Esta, como abordamos no primeiro tópico, diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais produzidas no modo de produção capitalista. A análise histórico-econômica deste modo de produção, demonstra que tais desigualdades são estruturadas por relações de gênero/sexo e raça/etnia, ou seja, existem condições de vida e trabalho desiguais e hierárquicas quando consideramos homens e mulheres, brancos e negros.

As relações sociais de gênero/sexo e raça/etnia, que invadem todas as dimensões dos sujeitos que as vivenciam, possuem uma origem material de existência, por mais que não se limite a mesma. No capitalismo, essa origem está relacionada ao processo de organização e divisão do trabalho que é social, sexual e racial. Ao organizarmos o acesso ao trabalho, que é a base material de existência de qualquer sociedade e modo de produção, utilizando de critérios como sexo/gênero e raça/etnia, produzimos sistemas de dominação-exploração que estruturam as relações sociais e econômicas. As consequências de uma divisão sexual e racial do trabalho é a produção de fenômenos como o patriarcado e o racismo.

Dessa forma, a análise sobre a questão social impõe à profissão de Serviço Social e as Ciências Humanas e Sociais uma agenda constante de pesquisa que busque traçar os elementos estruturais desse fenômeno que determinam condições de vida e trabalho desiguais para segmentos da população, como vimos nos dados sistematizados no segundo tópico, como as mulheres negras.

É uma agenda de pesquisa ampla que envolve questões complexas como: as consequências do racismo e do patriarcado no capitalismo não são tratadas como questão de classe, tanto pelo

Estado como por parte da intelectualidade, mas sim como uma questão de identidade, mistificando essa imbricação; a pesquisa sobre a relação entre alienação e consciência no contexto das relações sociais do nosso tempo; o significado das velhas e renovadas formas de organização da classe trabalhadora, no sentido de analisar as possíveis distinções e complementariedade entre lutas sociais e luta de classes.

Diante disso, a análise da questão social requer considerar os componentes que estruturam os processos de exploração da força de trabalho, a formação dos salários e do exército industrial de reserva. A sofisticação da exploração da força de trabalho, pela via da estrutura do patriarcado e do racismo, possibilitou ao modo de produção capitalista no Brasil demarcar uma sociabilidade profundamente alienada às questões demonstradas por essa imbricação, fazendo com que ainda no século XXI algumas bandeiras de luta e movimentos sociais invisibilize essa vinculação que é típica da formação econômico-social brasileira.

Reconhecemos os limites impostos pela sociabilidade do capital para a construção e práxis de um processo profundamente revolucionário, com vista na superação do capitalismo e ruptura com as imbricações aqui apontadas e analisadas. No entanto, esse compromisso precisa ser referendado a cada avanço e recuo no processo de produção do conhecimento, essa tarefa é da universidade, da ciência e também das mediações que esses espaços constroem com os homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálysis.** Florianópolis, v. 21, n.3, p.514-522, set./dez. 2018.

HARVEY, D. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, A. E; et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jun.2001b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de gênero indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e pesquisas:** informações demográficas e socioeconômicas, n.38, 2018.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed., rev. e acrescida de novos capítulos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LENER, G. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora:** de Marx ao nosso tempo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, K. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos-filosófico**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. In: O CAPITAL: crítica da economia política: livro I. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOURA, C. **Brasil:** raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

NETTO, J. P. “Questão Social”: elementos para uma concepção crítica. In: BRAZ, Marcelo (Org.). **Samba, cultura e sociedade:** sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

NETTO, J. P. Cinco Notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jun.2001 2001.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, I. M. F. **Questão Social e Serviço Social no Brasil:** fundamentos sociohistoricos. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2014.

TABET, P. Mãos, instrumentos, armas. In: FERREIRA, V. [et. al.]. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu.** Recife: SOS Corpo, 2014.

Renata Gomes COSTA Trabalhou na concepção do artigo, análise e interpretação dos dados, redação do artigo e aprovação da versão final a ser publicada.

Doutora em Serviço Social pela UERJ, Mestre e Graduada em Serviço Social pela UECE. É professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidade, vinculada a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja.

Josiley Carrijo RAFAEL Trabalhou na concepção do artigo, análise e interpretação dos dados, redação do artigo e aprovação da versão final a ser publicada.

Doutor em Serviço Social pela UFRJ, Mestre em Educação e graduado em Serviço Social pela UFMT. É professor Adjunto do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Atua nos temas: Fundamentos do Serviço Social; Trabalho e Questão Social; Teoria Política; Ética; Concepções de Liberdade. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Trabalho e Sociabilidade, vinculado a UFMT.
